

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

	NE nº	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(11.921)	20.235
Lucro ou prejuízo líquido do exercício			
Ajustes por		3.623	4.068
Variações monetárias não realizadas - líquidas		755	635
Imposto de renda e contribuição social		(1.562)	1.187
Variações no ativo financeiro	6	22.256	(19.569)
Depreciação e amortização		4	3
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		13.155	6.559
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		271	(466)
Outros créditos		53	(32)
Tributos a recuperar		8	(2)
Despesas do exercício seguinte		(37)	(11)
Outros ativos		-	(3)
Aumento (redução) dos passivos		295	(510)
Fornecedores		(333)	(319)
Obrigações fiscais		(5)	(21)
Encargos setoriais		22	391
Outros passivos		233	(3.876)
Litígios - provisões judiciais quitadas		(897)	-
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		12.470	2.224
Imposto de renda e contribuição social pagos		(730)	(621)
Encargos de financiamentos pagos		(3.308)	(3.613)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		8.432	(2.010)

*Continua

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais

	NE nº	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(189)	(136)
Aplicações financeiras		(5)	(3)
Aquisições de imobilizado		(2)	-
Aquisições de intangível		(196)	(139)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(196)	(139)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento			
Recebimento de AFAC		-	4.400
Retorno de dividendos do passivo para o patrimônio líquido		-	3.876
Amortização de principal de financiamentos		(4.805)	(4.773)
Dividendos pagos		(4.806)	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(9.611)	3.503
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		(1.375)	1.354
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		3.324	1.970
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		1.949	3.324
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.375)	1.354

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Marumbi Transmissora de Energia S.A., é uma Companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob o nº 14.820.785/0001-53, e Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE sob o nº 41300083843, com sede e foro para todos os efeitos legais na Rua Comendador Araújo, nº 143, bairro Centro, CEP: 80420-000, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

As suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 008/2012 – ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público de Transmissão outorgada pelo Decreto s/nº, de 16 de abril de 2012, publicado no Diário Oficial em 17 de abril de 2011, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão, caracterizadas no Anexo 6º do Edital do Leilão nº 06/2011 – ANEEL – “Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão”.

A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do SIN - Sistema Interligado Nacional, conforme abaixo descrito:

- LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste, CS, 29,04 km;
 - SE 525/230 kV Curitiba Leste (3 + 1 res.) x 224 MVA.
- Ainda, no referido contrato de concessão, a Marumbi Transmissora de Energia ficou responsável pela construção e implantação das seguintes instalações de interligação do sistema de transmissão;
- Subestação Curitiba Leste: trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 1,5 km, compreendido entre o ponto de sectionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Uberaba - Posto Fiscal e a subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste;
 - Subestação Curitiba Leste: trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 7,5 km, compreendido entre o ponto de sectionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Santa Mônica - Distrito Industrial de São José dos Pinhais e a subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste.

Os equipamentos e instalações referentes aos sectionamentos em 230 kV serão transferidos para a COPEL-GET, concessionária da linha de transmissão sectionada, conforme disposto na Resolução Normativa nº. 67/2004.

O departamento de contabilidade da Marumbi e da Copel GET estão em fase final de análise dos ativos a serem transferidos. O registro de transferência, na contabilidade de ambas as Companhias, deve ser finalizado no 1º semestre de 2018.

• ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 4.807, datada de 26.08.2014 autorizando a MARUMBI a instalar O2 (dois) conjuntos de Bancos de Capacitores de 100 MVar em 230 kV e conexões na Subestação CURITIBA LESTE 525kV

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Declarações de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores

Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: NE nº 3.4 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas, que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 6 - Ativo Financeiro;
- NE nº 13 - Fornecedores Passivo Não Circulante;
- NE nº 14 - Impostos Diferidos;
- NE nº 15 - Provisões para litígios e passivos contingentes.

2.5 Estrutura de apresentação das demonstrações

Qualquer alteração na estrutura de apresentação das demonstrações financeiras em relação ao exercício anterior, visa apenas alinhar com a estrutura das demonstrações financeiras da COPEL GET, acionista majoritária, não alterando em nenhum momento os fatos contábeis já registrados.

2.6 Julgamento da administração quanto à continuidade operacional

A Marumbi possui a concessão para a transmissão de energia até 2042 e a administração considera nula quaisquer rispos de não continuidade operacional.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**3.1 Apuração de resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Classificação de itens circulantes e não circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses, são classificados como itens não circulantes.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.4.1 - Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais, sobre um ativo financeiro em uma transação, no qual, essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros são classificados em “mantidos até o vencimento” caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de garantir os títulos de dívida até a data de expiração. Tais Ativos Financeiros, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento, são mensurados pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, caso aplicável.

3.4.2 - Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado), inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos, na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: “fornecedores” e “outras contas a pagar”.

3.4.3 - Ativos e passivos financeiros vinculados à concessão**Contas a receber vinculadas à concessão**

Refere-se a créditos a receber, relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infraestrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários; e (ii) remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente, durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita do Contrato de Concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infraestrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida, denominada Receita Anual Permitida - RAP, a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infraestrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido, relacionado à construção da infraestrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente, por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no Contrato de Concessão, à título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Devido à Marumbi estar em fase de operação, não há receita de construção. A Marumbi adota as mesmas práticas de contabilização do ativo financeiro utilizada pela

Controladora Majoritária, Copel Geração e Transmissão S.A., conforme N.E. nº 06. **Contas a receber vinculadas à indenização da concessão**

Refere-se ao valor residual a receber ao final da concessão, referente à obra de implantação de banco de capacitores na SE Curitiba Leste.

3.5 - Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados os valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.6 - Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.7 - Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

3.8 - Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida *pró-rata die* com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.9 - Forma de tributação

A Concessionária adota para o exercício o regime tributário do Lucro Presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

3.10 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.11 - Imobilizado e Intangível

O imobilizado e o intangível são apresentados pelo custo histórico de aquisição, subtraída a depreciação/amortização.

3.12 Reapresentação de saldos comparativos

Após revisão de suas práticas contábeis, a Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro e visando atender às normas contábeis, concluiu ser importante a reapresentação de saldos de 2016 no Balanço Patrimonial - Passivo, Demonstrações do Resultado e Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, passivos, o patrimônio líquido e o lucro líquido (prejuízo) do exercício atual e comparativo. Para fins de comparabilidade, serão demonstradas a seguir as demonstrações reapresentadas:

3.12.1 - Balanço patrimonial - passivo

	31/12/2016 Apresentado	Reclassificação	31/12/2016 Reapresentado
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	6.900	(6.771)	129
Obrigações sociais e trabalhistas	-	3	3
Obrigações fiscais	199	(3)	196
Outros credores diversos	-	231	231
Demais contas do passivo circulante	10.661	-	10.661
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	-	3.129	3.129
Contingências - Provisões judiciais	-	3.411	3.411
Demais contas do passivo não circulante	53.931	-	53.931
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.931	6.540	60.471
TOTAL PASSIVO E PL	185.889	-	185.889

Na reapresentação de 2016, no Balanço Patrimonial, ocorreram reclassificações de saldos em contas do passivo circulante e do passivo não circulante, onde:

A conta ‘obrigações sociais e fiscais’ foi reapresentada com o desmembramento em ‘obrigações sociais e trabalhistas’ e ‘obrigações fiscais’;

A conta ‘fornecedores’ do passivo circulante, foi reapresentada de forma desmembrada, sendo transferido valores para as rubricas ‘outros credores diversos’, ‘fornecedores - passivo não circulante’ e ‘contingências - provisões judiciais’.

3.12.2 - Demonstrações dos resultados do exercício

	31/12/2016 Apresentado	Reclassificação	31/12/2016 Reapresentado
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	30.069	-	30.069
Despesas operacionais			
Amortização	(16)	16	-
Gerais e administrativas	(69)	(16)	(85)
Demais despesas operacionais	(4.331)	-	(4.331)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(4.416)	-	(4.416)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	485	-	485
Despesas financeiras	(42)	(4.039)	(4.081)
Encargos da Dívida	(4.039)	4.039	-
LUCRO OPERACIONAL	22.057	-	22.057
Imposto de renda e contribuição social	(1.822)	-	(1.822)
LUCRO LÍQUIDO (PRE-JUIZO) DO EXERCÍCIO	20.235	-	20.235

Na reapresentação de 2016, nas Demonstrações dos Resultados do Exercício, ocorreram reclassificações de saldos em conta de despesas operacionais e do resultado financeiro, onde:

1. O Saldo da conta ‘amortização’ foi transferido para ‘despesas gerais e administrativas’ por se tratar de despesas dessa natureza.
2. As contas ‘despesas financeiras’ e ‘encargos da dívida’ foram agrupadas na conta ‘despesas financeiras’.

3.12.3 - Demonstrações dos fluxos de caixa

Nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa o exercício de 2016 foi reapresentado, de forma a permitir a comparabilidade entre os exercícios 2016 e 2017.

Na reapresentação de 2016, nas demonstrações dos fluxos de caixa, ocorreram reclassificações de saldos e desmembramento de valores em contas dos grupos de ajustes dos lucros, das atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamentos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Não houve nenhuma alteração no saldo inicial de caixa, no saldo final de caixa e nem na variação líquida do caixa no exercício reapresentado - 2016.

	31/12/2016 Apresentado	Reclassificação	31/12/2016 Reapresentado
Demonstrações dos fluxos de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro ou prejuízo líquido do exercício	22.058	(1.823)	20.235
Ajustes por			
Variações monetárias não realizadas - líquidas	-	4.068	4.068
Imposto de renda e contribuição social	(1.822)	2.457	635
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.187	1.187
Retorno dos dividendos para reserva de lucros	(3.876)	3.876	-
Variações no ativo financeiro	-	(19.569)	(19.569)
Depreciação e amortização	-	3	3
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	16.360	(9.801)	6.559

Redução (aumento) dos ativos

Clientes	(466)	-	(466)
Outros créditos	2	(32)	(32)
Tributos a recuperar	2	-	2
Despesas do exercício seguinte	-	(11)	(11)
Outros ativos	(179)	176	(3)
	(643)	133	(510)

Aumento (redução) dos passivos

Obrigações sociais e trabalhistas	(21)	21	-
Fornecedores	(319)	-	(319)
Obrigações fiscais	-	(21)	(21)
Encargos setoriais	-	391	391
Outros passivos	1.591	(5.467)	(3.876)
	1.251	(5.076)	(3.825)

CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(621)	(621)
Encargos de financiamentos pagos	-	(3.613)	(3.613)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIV. OPERAC.	16.967	(18.977)	(2.010)

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aplicações financeiras	-	(136)	(136)
Ativo financeiro	(19.569)	19.569	-
Aquisições de imobilizado	(1)	(2)	(3)
Aquisições de intangível	(1)	-	(-)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIV. DE INVESTIMENTO	(19.570)	19.431	(139)

Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento